

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 897, DE 2019

Institui o Fundo de Aval Fraternal, dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas, e dá outras providências.



CD/19724.12907-00

EMENDA Nº DE 2019

redação: Dê-se ao art. 8º da Medida Provisória 897, de 2019, a seguinte

“Art. 8º O patrimônio de afetação é constituído por solicitação do proprietário por meio de registro no Registro de Imóveis.

§ 1º O patrimônio de afetação não poderá ser constituído por período maior que cinco anos, podendo ser renovado por igual período.

§ 2º Após o período estabelecido no parágrafo anterior, deverá ser renovado o registro do patrimônio de afetação.

§ 3º Caso haja emissão de Cédula Imobiliária Rural, o prazo será o da garantia registrada, nos termos do art. 24.

§ 4º O registro previsto no parágrafo segundo deste artigo terá cinquenta por cento de redução nos emolumentos.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A proposta visa adequar o termo usado à atual legislação. O termo inscrição era usado em leis antigas de registros públicos, já revogadas. A Lei atual de registros públicos, que é a Lei 6.015/73, trata o ato como “registro”. O patrimônio de afetação é um ato constitutivo de direito real de garantia, que se adquire mediante ato de registro no cartório competente.

Além disso, o art. 206 do Código Civil estabelece o prazo de cinco anos para a pretensão de cobrança de dívidas líquidas. Como o patrimônio de afetação é a separação de bens para garantia de dívidas, tal prazo se torna razoável para se verificar a higidez dos devedores, pois a situação do proprietário ou do imóvel pode se alterar no decorrer do tempo, como no caso de gestão temerária do negócio, falecimento, incapacidade, regularidade das obrigações civis, tributárias, trabalhistas ou ambientais, insolvência ou falência, etc. A proposta visa dar plena efetividade e força à garantia outorgada ao credor.

Por todo o exposto, temos a certeza de que contaremos com o apoio dos nobres pares para constar no texto desta Medida Provisória.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputado Neri Geller

PP/MT



CD/19724.12907-00